

Credores divergem sobre desembolsos

Os negociadores brasileiros da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central, e Sérgio Amaral, assessor internacional do Ministério da Fazenda, retornaram ontem ao Brasil explicando que houve uma pausa na negociação em função das dificuldades enfrentadas pelos banqueiros para resolver as divergências entre eles. Os bancos não estão sendo capazes de apresentar uma contra-proposta conjunta ao Brasil sobre pelo menos dois itens: a vinculação entre o desembolso dos bancos e as metas do FMI e a cláusula de penhora, que dá aos bancos o direito de fazer o arresto dos bens e reservas brasileiras em caso de discussão judicial. "Resolvemos dar um tempo para os bancos se entenderem", explicaram ontem.

Os negociadores negam que tenha havido impasse na negociação, seguido de rompimento, como foi publicado ontem. As negociações, que começaram há oito meses, vinham se aproximando rapidamente do final nas últimas semanas, com a solução de todas as questões financeiras pendentes. Diante das diferenças entre os banqueiros sobre determinados pontos, os negociadores brasileiros resolveram "dar uma pausa" e esperar que eles se acertem. Não houve, na versão do Ministério da Fazenda, uma suspensão, no sentido de rompimento das conversas pela impossibilidade de novos avanços.

Um dos pontos em que a negociação está parada é o da vinculação das metas do FMI com o desembolso dos bancos. Sobre o assunto, o Brasil não tem posição fechada, segundo o negociador. As negociações estão buscando encontrar uma fórmula inovadora para resolver a questão, porque a vinculação total que existe no acordo com a Argentina está trazendo para o país vários problemas. Pela vinculação total, cada vez que o país não cumpre as metas quantitativas impostas pelo Fundo, automaticamente cessam os desembolsos dos bancos. "Estamos buscando uma outra relação entre as duas coisas, que não traga os inconvenientes do passado", explicou Amaral. O Brasil quer evitar o automatismo.

Outra das questões pendentes é a da responsabilidade restrita dos bancos: eles estão discutindo entre si sobre a melhor data a partir da qual se fará a divisão do dinheiro que cada um terá que emprestar ao Brasil dentro do total de US\$ 5,2 bilhões. Alguns bancos querem que seja mantido o nível de empréstimos concedidos ao Brasil (*exposure*) de 1982, quando começou a crise da dívida. Outros bancos, que venderam parte da sua dívida, querem que seja o nível de *exposure* de agora, porque isto fará com que eles tenham de emprestar menos. Nessa discussão entre os bancos o Brasil não tem condições de participar, explicou o negociador.

"Para o Brasil esta questão é indiferente", disse Amaral. Os negociadores brasileiros só voltarão aos Estados Unidos quando os bancos chegarem a algum consenso em relação às três questões. "Não haverá qualquer prejuízo para os pontos que já foram acertados", garantiu o assessor internacional da Fazenda.

Quanto à penhora dos bens brasileiros, o diplomata Sérgio Amaral disse que é uma questão legal e que esta cláusula sempre constou dos acordos anteriores, ainda que nunca tenha sido usada. Aliás, para evitar que os bancos tivessem o direito de se apropriar das reservas brasileiras, o ex-ministro Dilson Funaro depositou as reservas brasileiras no Banco de Compensações Internacionais, na Suíça, tirando-as do Banco Central americano. O Brasil neste acordo não quer que seja incluída esta cláusula, conhecida como *pre-judgement attachment clause*.